



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE FILOSOFIA**

ROSTAND PEREIRA

**A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO O FILÓSOFO JEAN
JACQUES ROUSSEAU**

CAMPINA GRANDE-PB
2017

ROSTAND PEREIRA

**A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO O FILÓSOFO JEAN
JACQUES ROUSSEAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Licenciatura Plena em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436o Pereira, Rostand

A origem da desigualdade social segundo o filósofo Jean
Jacques Rousseau [manuscrito] / Rostand Pereira. - 2017.
22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017..

"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de
Filosofia".

1. Desigualdade social 2. Homem 3. Sociedade 4. Filosofia
I. Título.

21. ed. CDD 330.9

ROSTAND PEREIRA

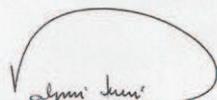
**A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO O FILÓSOFO JEAN
JACQUES ROUSSEAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Licenciatura plena em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

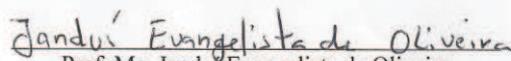
Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

Aprovada em: 26/07/2017.

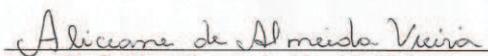
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valmir Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Janduí Evangelista de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Ma. Aliceane de Almeida Vieira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso agradeço a todos.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e inteligência para superar todas as dificuldades, e por ter iluminado o meu caminho durante esta caminhada, me sustentando e me dando coragem para questionar realidades.

Agradeço a instituição UEPB pelo excelente ambiente oferecido aos alunos e os professores qualificados que disponibiliza para nos ensinar.

Agradeço a este meu orientador, Valmir Pereira, pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu realizasse este trabalho.

Agradeço a todos os professores do curso de Filosofia, pelos ensinamentos, experiências e vivência, pois cada professor foi de suma importância para a minha vida acadêmica.

Agradeço as secretárias do departamento de Filosofia e, em especial a Kalina Jales pela disponibilidade, paciência e atenção com minha pessoa.

Agradeço ao meu orientador de estágio supervisionado Nazito Pereira, por todo o incentivo, ensinamentos e pela experiência, a qual contribuiu significativamente para o meu aprendizado.

Agradeço a senhora Josinete Bezerra da Silva diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Félix Araújo (Estadual da Liberdade) pela atenção e pela hospitalidade que me recebeu na escola.

Agradeço a meu amigo Lismano Silva de Araújo pela sua amizade e companheirismo que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Agradeço a minha esposa Silvana Lima, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade.

Agradeço a meu filho Rostand Pereira Filho, que embora não tenha conhecimento disto, mas me iluminou de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimento.

De que adianta a liberdade política para quem não tem o que comer? Ela só tem valor para teóricos e políticos ambiciosos.

(Jean Jacques Rousseau)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. BREVE BIOGRAFIA DE JEAN JACQUES ROUSSEAU.....	08
3. CONTEXTO HISTÓRICO DO DISCURSO E DO CONTRATO SOCIAL DE ROUSSEAU.....	09
4. A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE OS HOMENS	11
5. OS DIFERENTES TIPOS DE DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO JEAN JACQUES ROUSSEU.....	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO O FILÓSOFO JEAN JACQUES ROUSSEAU

Rostand Pereira¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a compreensão do surgimento da desigualdade social no pensamento de Rousseau, o qual foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, que teve como base teórica as obras “*O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*” (1755) e “*O contrato social*” (1750) ambas do filósofo Jean Jacques Rousseau. Para explicar a origem e a evolução da desigualdade social entre os homens, Rousseau faz uma análise hipotética do homem no seu estado de natureza e a partir desta análise, o filósofo fundamenta a sua teoria da ingenuidade natural do homem e a relaciona ao processo de corrupção do homem. O homem em seu estado natural vivia em uma situação de igualdade, apesar das diferenças quanto à idade, força, velocidade, ou mesmo atributos intelectuais, eles estavam em equilíbrio entre si e com a natureza, mas, diante do seu rompimento com a natureza e a sua associação com a vida em sociedade e o surgimento da propriedade privada, o homem perde sua inocência original e passa a ter sentimentos bons e ruins. Assim, o homem é analisado tanto em seu estado natural quanto civilizado, e que a desigualdade social a qual o homem vive é resultado da sociedade.

PALAVRAS CHAVE: Desigualdade social. Homem. Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

É do homem que devo falar, e a questão que examino me informa que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei com confiança, portanto, a causa da humanidade diante dos sábios que me convidam a isso e não ficarei descontente comigo mesmo se me mostrar digno de meu tema e de meus juízes. (ROUSSEAU, 2008, p. 43).

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi um filósofo, teórico político e escritor. É considerado um dos principais filósofos do iluminismo, e suas ideias influenciaram no passado e continua repercutindo nos dias atuais. Rousseau procurou primeiramente entender e estabelecer uma visão acerca do comportamento humano no chamado estado de natureza, um conceito em filosofia moral e política, o que denota as condições hipotéticas de como a vida dos seres humanos pode ter sido antes da existência da sociedade civil organizada.

O tema “A origem da desigualdade social”, o qual será apresentado neste trabalho, foi despertado por mim, através das aulas ministradas pelo Prof. Dr. Valmir Pereira, do Curso

¹ Aluno de Graduação em Filosofia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-Mail: rostandpb@hotmail.com

de Filosofia, as quais eram debatidas, proporcionando a prática da análise, a reflexão e a crítica. Logo meu interesse pelo tema em questão foi crescente, e minha admiração pelo filósofo Jean Jacques Rousseau foi progressivo, devido as suas ideias e contribuições para a sociedade no âmbito da política e da educação, sendo fundamental para a fundamentação do pensamento moderno. Este artigo tem como objetivo a compreensão do surgimento da desigualdade social no pensamento de Rousseau, e, foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, que segundo, (GIL, 2008.p. 23), “Pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Na principal obra que servirá como base para a presente pesquisa “*O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, de 1754, Rousseau levanta a hipótese de como seria o homem sem sociedade, em uma situação de “pura natureza”, onde os homens vivem sem nenhum laço social.

Para chegar ao estudo da origem das desigualdades sociais, Rousseau relata em seu balanço autobiográfico “*Confissões*”, que, em 1753, ao tomar conhecimento do programa lançado pela Academia de Dijon propondo um prêmio a quem melhor respondesse à questão sobre “qual a fonte da desigualdade entre homens e se ela é autorizada pela lei natural”, sentiu-se perplexo, tocado pela grandeza da questão, bem como pela ousadia da instituição que publicamente a lançara. E imediatamente Rousseau acrescentou: “mas já que ela tivera essa coragem, eu bem podia ter a discuti-la, e pus-me á obra” (ROUSSEAU, 2016, p. 08). Foi dessa disposição que resultou sem tardança a redação do *Discurso sobre a origem e os fundamentos entre os homens*, conhecido como o segundo discurso, o qual foi concluído em junho de 1754, e foi publicado no ano seguinte, por Marc-Michel Rey, livreiro e editor em Amsterdã.

Para explicar a origem e a evolução da desigualdade social entre os homens, Rousseau em seu “*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, faz uma análise hipotética do homem no estado de natureza, onde o filósofo pode fundamentar sua teoria da ingenuidade natural e relacioná-la ao processo de corrupção do homem. Sua obra é dividida em duas partes, na primeira, o homem é analisado tanto em seu estado natural como civilizado, e na segunda parte, é defendida a ideia de que as desigualdades têm sua origem nesse estado de sociedade.

O que é percebido na obra de Rousseau é uma dura crítica à sociedade e a civilização, pois, para Rousseau a sociedade altera dois elementos essenciais que caracterizam o homem em seu estado natural, que são a independência e a igualdade. Em outros termos, a

sociedade acaba por instituir formas de convivência baseadas na escravidão e na desigualdade.

Apresentaremos a seguir a vida e a obra do autor em tela, bem como sua elaboração sobre a origem da desigualdade entre os homens.

2. BREVE BIOGRAFIA DE JEAN JACQUES ROUSSEAU

Jean Jacques Rousseau nasceu 28 de junho de 1712 em Genebra, Suíça, em uma família de origem francesa. Sua mãe morreu logo após o seu nascimento, de complicações no parto. Rousseau, aos dez anos teve que ser deixado pelo seu pai, pois seu pai teve uma contenda com um capitão francês e, sentindo-se injustiçado pela ordem de prisão, decidiu abandonar a cidade. Jean Jacques ficou com o tio, que então o colocou numa casa de um ministro da igreja em Bossey, nas proximidades de Genebra “para aprender”, com o latim, aquele conjunto de coisas confusas, que o acompanham, sob o nome de educação. Aos dezesseis anos deixou sua cidade natal e viajou por diversos países. Tornou-se secretário e protegido de madame Louise de Warens, mulher rica que teve uma profunda influência em toda a sua vida como escritor. (ROUSSEAU, 2008, p. 08).

Em 1742, mudou-se para Paris, onde trabalhou como professor, copista e secretário de um embaixador. Inventou um sistema de notação musical e fez-se conhecer como compositor da ópera “*As musas galantes*”. Fez amizade com o filósofo francês Denis Diderot, que lhe convidou a colaborar com a prestigiosa *Enciclopédia*, primeiramente escrevendo sobre música; mas o mais famoso dos seus artigos acabou sendo sobre política econômica. Em 1750, foi premiado pela Academia de Dijon pelo *Discurso sobre as ciências e as artes*.

O Discurso sobre a origem da desigualdade (1755) exerceu uma grande influência sobre o pensamento político da época e fundou a reputação do autor, que era de uma pessoa de espírito sistemático e caráter apaixonado. Rousseau elaborou uma doutrina segundo a qual o homem é um ser naturalmente bom, cuja bondade é corrompida pela sociedade. Portanto é preciso, sempre que possível, voltar a virtude primitiva. Resultou daí, no escritor, um vivo sentimento da natureza e um amor à solidão que mais tarde se acentuaria. Fiel a seu sistema, rejeitou os refinamentos da civilização, condenando o teatro na *Carta a d’Alembert sobre os espetáculos* (1758), que lhe retirou a amizade dos filósofos.

No meio de disputas e acusações, ele escreveu suas obras primas: *A nova Heloísa* (1761), romance epistolar de um retorno à vida natural, que teve um imenso sucesso; *O*

Contrato Social e Emílio (1762), sendo o primeiro fruto da preocupação em esclarecer seu ideal político educacional, e o segundo, obra pedagógica cujas ideias religiosas foram imediatamente condenadas, o que o obrigou a anos de errância.

Vivendo desde então atormentado pela ideia de um complô dirigido contra ele e desejando, graças à confissão de seus erros, justificar-se perante a posteridade, redigiu (de 1765 a 1770) as *Confissões* (póstumas, 1782 e 1789) e evocou suas lembranças em *Os devaneios do caminhante solitário*, compostos de 1776 até sua morte. Nessas duas obras, Rousseau renovou suas ideias na área da política e da educação, propôs novos temas em literatura, renunciou as grandes mudanças políticas da Revolução Francesa e o romantismo. Pregava que a liberdade era o valor supremo do homem. Anti-racionalista, foi favorável ao preceito de que os homens nasciam bons, a sociedade é que os corrompia. Criticava a civilização, acusando-a de dissimulada e hipócrita.

Foi também o primeiro escritor moderno a atacar a instituição da propriedade privada, e por isso é considerado um precursor do socialismo moderno.

Após passar pela Inglaterra e pela Prússia, regressou à França em 1768, sob o falso nome de Renou, e neste mesmo ano, casou-se com Thérèse Le Vasseur, e no dia 02 de julho de 1778, em Ermenonville, veio a falecer na França.

CONTEXTO HISTÓRICO DO DISCURSO E DO CONTRATO SOCIAL DE ROUSSEAU

Em 1754, ano que Rousseau iniciou a escrever a sua obra “*O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, o mundo passava por grandes mudanças, graças ao movimento *Iluminista* que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava a Europa desde a Idade Média. Segundo os filósofos iluministas, esta forma de pensamento tinha o propósito de iluminar as trevas em que se encontrava a sociedade.

Os pensadores que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem. O homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé.

Os principais filósofos do Iluminismo foram: John Locke (1632-1704), que acreditava que o homem adquiria conhecimento com o passar do tempo através do empirismo; Voltaire (1694-1778), que defendia a liberdade de pensamento e não poupava

crítica a intolerância religiosa; Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), defendia a ideia de um estado democrático que garanta igualdade para todos; Montesquieu (1689-1755), defendeu a divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário; Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783), juntos organizaram uma enciclopédia que reunia conhecimentos e pensamentos filosóficos da época.

O filósofo mais radical do iluminismo político encontra-se em Jean-Jacques Rousseau, que acredita na bondade natural do homem, o qual foi pervertido pela sociedade. Para ele, a natureza e a cultura se opõem. Para que o homem possa se reconciliar com a sociedade, há necessidade de um novo contrato social baseado na igualdade democrática, e uma nova pedagogia que respeite a natureza livre do ser humano.

As ideias políticas de Rousseau produzem em sua época um impacto enorme, e em 1789, ao explodir a Revolução Francesa, ajudam a inspirar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Jean-Jacques Rousseau ocupa lugar singular no iluminismo francês. Ele se diferencia de outros pensadores, como Voltaire, Diderot e D'Alembert, pela importância que dá ao sentimento em relação à razão. Esta superioridade está vinculada à religiosidade. Sendo deísta convicto, a religião natural constitui uma ligação profunda que brota da harmonia do Universo e que une o homem a Deus, o Ser supremo.

Filósofos como, Tomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau, desenvolveram a ideia de que a sociedade deve ser regida por um contrato social, em que cada indivíduo renuncia algo de si em prol do bem comum. Tomas Hobbes, por exemplo, defende a tese de que o homem é lobo do próprio homem; Rousseau, por outro lado, diz no começo do seu contrato social que o homem nasce livre, mas em toda a parte se vê acorrentado. A partir daí, prescrevem a maneira de se constituir a sociedade, onde o todo seja contemplado e os direitos dos cidadãos defendidos.

Diferentemente da maioria dos iluministas, Rousseau não era um defensor incondicional do racionalismo. Suas principais obras foram “*O discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e O contrato social*”. No primeiro livro Jean Jacques defendia que o homem, na sua essência mais natural, era bom, assim a natureza fez o homem feliz e bom, mas a sociedade o depravou, tornando-o miserável. A origem da infelicidade humana e das diferenças sociais estaria no surgimento da propriedade privada da terra. No *O Contrato Social* ele defendia a concepção de que a democracia baseava-se na vontade da maioria, isto é, na soberania do povo, que se manifestava pelo voto. Os governos eleitos, portanto, deveriam refletir e seguir essa vontade geral, ou seja, deveria agir apenas em favor do povo.

Contudo, é importante ressaltar como as ideias iluministas francesas influenciaram as instituições políticas modernas e, até hoje influencia, com pequenas modificações, e a maioria dos países mantém características iluministas.

4. A ORIGEM DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

No “*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, de 1754, Rousseau retoma e transforma a célebre ficção do “estado de natureza”, desenvolvida por juristas da Idade Clássica, e o pensamento político de Hobbes, para imaginar a situação do homem sem sociedade, pois, para Rousseau, nessa situação de “pura natureza”, os homens viviam livres sem qualquer laço social.

Segundo Rousseau, a origem da desigualdade social, não pode ser identificada, tendo como ponto de partida, o momento atual o qual a humanidade vive. Rousseau defende a necessidade de voltar ao estado natural do homem, para assim, poder explicar a origem da desigualdade social.

Esse mesmo estudo do homem original, de suas verdadeiras necessidades e dos princípios fundamentais de seus deveres, é ainda o único bom meio que se pode empregar para levantar as muitas dificuldades que se apresentam sobre a origem da desigualdade moral, sobre os verdadeiros fundamentos do corpo político, sobre os direitos recíprocos de seus membros e sobre inúmeras outras questões semelhantes, tão importantes quanto mal esclarecidas. (ROUSSEAU, 2008, p. 38).

Segundo Rousseau, (2014, p. 19) “O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros”. Os homens eram animais humanos dispersos, andavam solitários pelas florestas, se alimentando de frutas e de glandes de carvalho, carentes de linguagem e de técnicas, privados de qualquer instinto comunitário, o homem não tinha motivo algum para deixar esse estado de natureza. Rousseau precisou então imaginar catástrofes externas (erupções, inundações, mudanças climáticas) que obrigassem os homens a se agrupar, forçando-os a viver juntos, a falar, a trocar coisas e serviços, e mutuamente transmitir descobertas.

Para responder às suas necessidades de conservação, o homem precisou desenvolver habilidades e alterar a natureza, produzindo cultura, pois, o homem sozinho ele não teria como garantir sua sobrevivência, então, buscou socializar-se.

O primeiro sentimento do homem foi o de sua existência; seu primeiro cuidado foi o de sua conservação. Os produtos da terra forneciam todos os socorros necessários; o instinto o levou a utilizar-se deles. (ROUSSEAU, 2008, p. 80).

Para o homem primitivo, a natureza era a moradia perfeita, pois nela o homem encontrava tudo o que era necessário para sua sobrevivência, mas, com o passar do tempo, veio às dificuldades tais como; as secas, as tempestades e enchentes, as brigas com os animais selvagens, o que obrigou o homem primitivo buscar alternativas para superar tal realidade e a sobreviver diante de tantos obstáculos.

[...] logo surgiram dificuldades e impôs-se a aprender a vencê-las; a altura das árvores, que o impedia de alcançar os frutos, a concorrência dos animais que procuravam nutrir-se deles, a ferocidade daqueles que lhe ameaçavam a própria vida, tudo obrigou a entregar-se aos exercícios do corpo; foi preciso tornar-se ágil rápido na carreira, vigoroso no combate. (ROUSSEAU, 1991, p. 260).

Os homens começaram então a inventar as técnicas, o poder, e logo depois, a propriedade, como a primeira das desgraças do homem. Com o surgimento de novas exigências, as quais estes povos não estavam acostumados, surgiu também, a percepção de que poderiam ter, além do necessário, algo mais que pudesse fazê-lo melhor do que os outros homens. Esta noção, ainda rudimentar nesses povos, foi-se aperfeiçoando, até alcançar um nível de elaboração que fizesse surgir à ideia de propriedade, fosse ela um animal, terras, armas e, até mesmo, outras pessoas.

[...] o homem primeiro faz de paus e pedras as primeiras armas, depois, conforme às diferenças de terras e climas, faz da coleta e da caça as supridoras de alimentos, vestes e abrigos, assim como descobre o modo de dominar o fogo. (ROUSSEAU, 2008, p. 13).

O surgimento da sociedade provoca uma significativa mudança no homem, e esta modificação, por sua vez, inicia justamente com a percepção da individualidade, com a consciência de si. Com a vida em sociedade, a estima e a consideração representam o valor que cada indivíduo busca alcançar. No entanto, este é um marco inicial rumo à desigualdade, visto que no estado de natureza, às naturais diferenças são destituídas de sentido, no estado social, adquirem um significado altamente prejudicial à existência humana.

Essa noção de propriedade criou nos primitivos a ideia de acumulação de bens e, conseqüentemente, superioridade frente aos demais homens. Essa suposta superioridade foi o estopim para o início dos conflitos entre os homens de uma mesma tribo e, posteriormente, entre cidades e nações.

O primeiro que, cercar um terreno, teve a audácia de dizer isto é meu e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao gênero humano aquele que arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Não escutem esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra de ninguém. (ROUSSEAU, 2014, p. 80).

O homem vivendo em grupo, já não é mais solitário, ele deixa de ser isolado e independente e passa a ser social e dependente, com isso surge a noção de família, a qual foi o primeiro modelo de sociedade que surgiu, segundo Rousseau, (2014, p. 20), “A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família”, que com o tempo, levou homens e mulheres a deixarem de lado o comportamento selvagem que tinham. Essa moderação no comportamento fez emergir a fragilidade perante a natureza e os animais, mas trouxe como compensação e fortaleceu a noção de grupo, que transmitia maior poder de resistência do que o indivíduo isoladamente.

É a família, portanto, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo a imagem dos filhos, e havendo nascido todos livres e iguais, não alienam a liberdade a não ser em troca da sua utilidade. Toda a diferença consiste em que, na família, o amor do pai pelos filhos o compensa dos cuidados que estes lhe dão, ao passo que, no Estado, o prazer de comandar substitui o amor que o chefe não sente por seus povos. (ROUSSEAU, 2014, p. 20).

Com a convivência em grupo nasce às diferenças, o ciúme, a inveja, a liberdade natural já não existe mais, segundo Rousseau, (2008, p. 96), “destruíram irremediavelmente a liberdade natural,” a inocência original foi rompida pela sociedade. Entretanto, a facilidade da vida em grupo trouxe outro problema: a ociosidade e a busca por algo que desse sentido a vida, além do trabalho. Assim, o lazer se instituiu, porém, com o passar do tempo, o que era comodidade passou a ser visto como necessidade e novos conflitos surgiram, fazendo com que o homem ficasse mais infeliz pela privação das comodidades, do que feliz de possuí-las.

5. OS DIFERENTES TIPOS DE DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO JEAN JACQUES ROUSSEAU.

Segundo Rousseau em seu “*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, ele acreditava na concepção de que existem dois tipos de desigualdade; uma física ou natural que é estabelecida pela natureza que consiste na diferença de idade, saúde e a força que o corpo possui e, a outra forma de desigualdade é a moral ou

política que depende de uma espécie de convenção e é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens.

Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdades: uma que chamo natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra que podemos chamar desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, como o de serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos que eles, ou mesmo o de se fazerem obedecer por eles. (ROUSSEAU, 2008, p. 43).

Rousseau aprofunda seus estudos para explicar a desigualdade moral ou política, pois segundo Rousseau, (2008, p. 43), “Não se pode perguntar qual é a origem da desigualdade natural, porque a resposta estaria enunciada na simples definição da palavra”.

O estudo como hipótese do homem natural, no entender de Rousseau, funciona como uma espécie de conceito padrão a partir do qual se pode analisar as transformações processadas no modo de ser original do homem. E através desse conceito padrão, que o filósofo avalia a condição atual do homem, especificando o grau degenerativo em que se encontra. O objetivo principal de Rousseau é postular um modelo de homem através da radical oposição entre o estado original e o atual da humanidade, entre o homem natural e o homem civil.

O homem em seu estado natural vivia em uma situação de igualdade, apesar das diferenças quanto à idade, força, velocidade, ou mesmo atributos intelectuais, eles estavam em equilíbrio entre si e com a natureza, mas, diante do seu rompimento com a natureza e a sua associação com a vida em sociedade e o surgimento da propriedade privada, o homem perde sua inocência original e passa a ter sentimentos bons e ruins.

A verdade, segundo a lição do *Discurso*, é que originalmente os homens eram iguais e viviam em uma situação de independência recíproca e ausência de conflitos, protegidos pela interação rara e escassa, que naturalmente os afastava dos sentimentos de autoconsideração, de estima, ou desprezo pelos outros, assim como da distinção entre o meu e o teu. (ROUSSEAU, 2008, p. 12).

O homem natural é visto como um ser solitário, possuidor de um instinto de autopreservação da espécie (sentimento de conservação), dotado de compaixão (piedade) e possuidor da razão e, por fim, possui duas características que o distingue dos outros animais que são a liberdade e a perfectibilidade. A perfectibilidade é um neologismo criado por Rousseau para exprimir a capacidade que o homem possui de aperfeiçoar-se.

A força e a saúde que o homem natural possuía eram aspectos fundamentais na sua forma de viver, e este poder o qual possuía, de realizar completamente suas inclinações naturais era a garantia de uma vida equilibrada e feliz, pois segundo, Rousseau, (1995, p. 63) “quando mais o homem permanece perto de sua condição natural, mais a diferença de suas faculdades com seus desejos se faz pequena e menos, por conseguinte, ele se acha longe de ser feliz”.

O surgimento da linguagem nos homens foi decisivo para o seu sucesso evolutivo, pois a linguagem foi o principal instrumento para a construção da vivência em sociedade e uma das primeiras dificuldades a ser vencida. A necessidade de se comunicar com o próximo resulta dois aspectos importantes, o primeiro imposto aos homens pela natureza, forçando-os a juntarem-se e a viverem em conjunto, o que os obriga a comunicarem entre si, e, por conseguinte, à procurarem os meios adequados a essa comunicação.

A piedade foi o primeiro sentimento que tocou o coração humano dentro do estado de natureza. A piedade é concebida como um sentimento que determina ao homem restrições, ao seu desejo de atender suas necessidades, a piedade representa um sentimento natural que, ou mútua de toda a espécie. Assim a piedade não é considerada como fator impeditivo à conservação do homem natural, mas como uma consequência ou um desenvolvimento do próprio instinto de conservação.

Portanto, é certo que a piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si mesmo, contribui para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva, sem reflexão, a socorrer aqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de que ninguém é tentado a desobedecer à sua voz doce. (ROUSSEAU, 2008, p. 72).

Diante do que foi exposto acima, parece difícil não se concluir que a piedade é o primeiro esboço de sociabilidade, uma vez que se apresenta não só como uma possibilidade de coexistência, mas, também por ocupar no estado de natureza, o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer a voz doce da piedade. No entanto, como a piedade não é uma faculdade única e isolada, mas o reverso do amor de si, a sociabilidade não pode ser considerada como um desejo de convívio e, sim, como um reflexo de uma convivência equilibrada.

O homem, enquanto ignora a vida social e conserva a liberdade ditada pela natureza, obtém ganhos semelhantes aos extraídos pelos bichos inseridos no quadro originário. Quer dizer, que o homem segue ágil, robusto, saudável, corajoso, e faz-se um ser íntegro

moralmente, e tornando-se sociável e escravo, torna-se fraco, medroso e subserviente, e sua maneira de viver, frouxa e afeminada, acaba por debilitar ao mesmo tempo sua força e sua coragem.

O mesmo acontece com o homem: ao se tornar sociável e escravo, ele se torna fraco e medroso, subserviente, e sua maneira de viver ociosa e efeminada acaba por debilitar-lhe a força e a coragem. Acrescentemos ainda que, entre as condições selvagem e doméstica, a diferença de homem a homem deve ser maior ainda do que a de animal a animal; pois, tendo o animal e o homem sido igualmente tratados pela natureza, todas as comodidades que o homem se oferece a mais, em relação aos animais que domestica, são outras tantas causas particulares que o fazem degenerar mais perceptivelmente. (ROUSSEAU, 2008, p. 53).

Agora que, o homem não é mais livre e independente, e que está sujeitado, a uma série de novas necessidades, das quais se torna escravo, mesmo quando é senhor, pois segundo Rousseau, (2008, p. 92) “O rico, tem necessidades de seus serviços; pobre, tem necessidade de seus amparos, e a situação média não lhe permite passar sem eles”. Para Rousseau, o homem tinha liberdade, e ao renunciar sua liberdade natural, ele também renunciou a igualdade, pois sem a liberdade não existe igualdade, o que passa a existir é a concorrência e a rivalidade, pois se um indivíduo estiver em uma situação superior ao outro, ele terá mais poder e, o outro indivíduo que estiver em uma situação inferior ficará subordinado a este de situação superior.

[...] por um lado, concorrência e rivalidade; por outro, oposição de interesse e sempre o desejo oculto de tirar proveito à custa de outrem. Todos esses males são o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente. (ROUSSEAU, 2008, p. 93).

O homem após ter perdido sua liberdade natural, necessitou da liberdade civil e, o contrato social, foi o mecanismo utilizado. Na formação da sociedade civil, toda a piedade cai por terra, sendo que desde o momento em que o homem teve necessidade do auxílio do outro, desde que se percebeu que seria útil a um só indivíduo contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, a propriedade se introduziu, e o trabalho se tornou necessário.

[...] o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para que não haja engano em suas compensações, é necessário distinguir a liberdade natural, limitada pelas forças do indivíduo, da liberdade civil que é limitada pela liberdade geral, e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante da propriedade, que só pode ser baseada num título positivo. (ROUSSEAU, 2014, p. 35).

A ideia do contrato social só tem seu sentido completamente esclarecido se pensarmos em relação ao modelo a que pertence, modelo este que é há um só tempo histórico e jurídico. O modelo contratualista é composto por três elementos: o estado de natureza, o contrato social e o estado civil, o termo médio, seria no caso o contrato que tem justamente a função de fazer a transição do primeiro estado, caracterizado pela atomização do poder e, segundo, caracterizado pela sua unificação e pelo surgimento da autoridade e da obrigação política.

Rousseau em sua concepção afirma que a sociedade é a fonte de todos os males ocorridos na natureza humana, segundo o filósofo, o contrato institui obrigações iguais a indivíduos desiguais, o que marca o fim da igualdade natural á medida que se estabelece juridicamente as normas que regulamentam a propriedade e as relações de trabalho.

Instituamos regras de justiça e de paz às quais todos sejam obrigados a se conformar, sem executar ninguém, e que compensem de algum modo os caprichos da fortuna submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos. Em vez de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las num poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, que afaste os inimigos comuns e que nos mantenha numa concórdia eterna. (ROUSSEAU, 2008, p. 95).

O pacto do contrato social não visa formar uma sociedade nem mesmo responder os motivos dos agrupamentos humanos, o que o pacto pretende é representar um princípio de ordenação, ou uma regra que normalize os conflitos provenientes dos choques entre interesses particulares.

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. (ROUSSEAU, 2014, p. 30).

E o que sustenta essa ideia de pacto em Rousseau é a troca vantajosa de uma situação conflituosa pela igualdade civil, e a alienação total dos seus associados. Além da igualdade, o pacto é responsável pela restauração da liberdade, é claro que não é mais aquela liberdade natural, a qual o homem em seu estado natural possuía, o pacto trouxe a liberdade civil, que teve como efeito a dependência de cada cidadão que por sua vez está na vontade geral, que é o verdadeiro sentido da liberdade civil, pois depender da vontade geral significa submeterem-se as leis, que são expressões dessa vontade.

Todas essas cláusulas, bem entendido, reduzem-se a uma única: alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade, porque, em primeiro lugar, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros. (ROUSSEAU, 2014, p. 30).

O primeiro grau de desigualdade ao qual, o homem conheceu, iniciou-se na reivindicação das terras e a divisão justificada pelo trabalho. Os homens que nesta divisão ficaram sem terras submeteram-se aos que as tinham através do trabalho, e dessa forma nasceu à primeira desigualdade: a pobreza e a riqueza. E aqueles que não obtiveram terras tampouco trabalho, não tiveram alternativa senão a de roubar.

A propriedade privada é a origem da desigualdade social, porque com a instituição da propriedade veio à acumulação de bens, ao passo que algumas pessoas concentravam esses bens e outras não, ou seja, alguns iam ficando cada vez mais ricos e outros cada vez mais pobres e, os ricos passam a comprar a força do trabalho dos pobres e o sentimento de ter, leva o homem a uma guerra constante com o seu semelhante.

[...] quando os patrimônios cresceram em número e extensão a ponto de cobrirem o solo inteiro e de todos se tocarem, uns só puderam crescer à custa dos outros, e os excedentes, que a fraqueza ou a indolência haviam impedido de fazer aquisições, empobrecidos sem nada terem perdido, foram obrigados a receber ou a roubar sua subsistência da mão dos ricos, e daí começaram a nascer, conforme a diversidade de caráter de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e a rapina. (ROUSSEAU, 2008, p. 93).

O segundo grau de desigualdade surge a partir da necessidade de um governo, um pacto concebido entre o povo e o chefe eletivo, em que ambos se obrigam a observar as leis estipuladas. O problema foi que esses cargos de magistratura que eram eletivos passaram a ser hereditários, e de funcionários os chefes passaram a ser proprietários do Estado, subjugando aqueles a quem deveriam representar, o que acabou resultando no poderoso e no fraco, ou seja, os que mandam e os que obedecem, os quais compõe o segundo grau de desigualdade.

À medida que o progresso e a riqueza aumentam, também crescem a ambição, a inveja, o orgulho, a vaidade etc. Estes males sociais têm o poder de transformar a todo instante o coração das pessoas. Com essa situação, segundo Rousseau, (2008, p. 94), “A sociedade nascente deu ensejo ao mais horrível estado de guerra”, ou seja, a vida tornou-se um verdadeiro estado de guerra, onde prevalecia o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante, e os conflitos eram perpétuos, que só terminavam por combates e mortes. Os ricos, por sua vez, assim que conheceram o prazer de dominar, logo desdenharam de todos os demais, só pensaram em subjugar e escravizar seus vizinhos. Foi assim que os mais poderosos

ou os mais miseráveis fizeram de sua força ou de suas necessidades uma espécie de direito, segundo eles, ao direito de propriedade, assim o rompimento da igualdade foi acompanhado da mais terrível desordem.

Com essa situação caótica e desordem, onde prevalecia a corrupção e a desigualdade, nasce o Estado, as leis, os governos e os governantes, que foram criados especialmente para justificar e assegurar a riqueza e, conseqüentemente, proteger os ricos e poderosos, e mais uma vez os menos favorecidos são prejudicados, e a desigualdade avança cada vez mais, ela progride para um passo ao qual permanece até hoje, a separação entre os poderosos e os fracos, os ricos e poderosos são protegidos pela lei e ficam mais fortes e assim se solidifica o progresso de desigualdade, e o abuso dos poderosos faz surgir o poder arbitrário.

É do seio dessa desordem e dessas revoluções que o despotismo, elevando aos poucos sua cabeça medonha e devorando o que avistasse de bom e de sadio em todas as partes do Estado, conseguiria calcar sob os pés as leis e o povo e se estabelecer sobre as ruínas da república. Os tempos que precederiam essa última mudança seriam tempos de distúrbios e calamidades; no final, tudo seria engolido pelo monstro e os povos não teriam mais chefes, nem leis, mas apenas tiranos. (ROUSSEAU, 2008, p. 111).

E assim, nasceu o despotismo, o terceiro grau de desigualdade, o qual é considerado como o grau mais alto da corrupção humana e da desigualdade, no despotismo impera a dominação, humilhação, desconsideração e exploração, chegando até a matar o seu semelhante, visando apenas o próprio bem pessoal. O despotismo é a forma de governo mais autoritária de se governar um Estado, onde o povo não pode se expressar e, é tratado como escravo e o seu governante é o senhor, o despotismo é ocasionado por um governo mal constituído, resultado de uma desordem, onde o poder está nas mãos de tiranos, que fazem prevalecer sua vontade, através da força, logo o Estado perde a sua legitimidade.

Se seguirmos o progresso da desigualdade nestas diferentes revoluções, veremos que o estabelecimento da lei e do direito de propriedade foi o seu primeiro grau de desigualdade; a instituição da magistratura foi o segundo grau, e como terceiro e último grau, a mudança do poder legítimo em poder arbitrário, o despotismo. De modo que a condição de rico e de pobre foi autorizada pela primeira época, a de poderoso e de fraco pela segunda, e pela terceira a de senhor e de escravo, que é o último grau da desigualdade e o termo a que chegam finalmente todas as outras, até que novas revoluções dissolvam completamente o governo ou a reaproximem da instituição legítima.

Para compreender a necessidade desse progresso, convém considerar menos os motivos do estabelecimento do corpo político do que a forma que ele adquire em sua execução e os inconvenientes que traz consigo. Os vícios que tornam necessárias as instituições sociais são os mesmos que tornam inevitável o abuso delas, [...] (ROUSSEAU, 2008, p. 107).

Contudo, o último termo da desigualdade é o ponto extremo que fecha o círculo e retorna ao ponto do qual partimos, é nesse ponto que todos os indivíduos voltam a ser iguais porque nada são; não tendo os súditos outra lei senão à vontade do senhor, e o senhor nenhuma outra regra senão suas paixões, as noções do bem e os princípios da justiça desaparecem mais uma vez. É aqui que tudo se reduz à simples lei do mais forte e, portanto, a um novo estado de natureza diferente daquele pelo qual começamos, diferente porque um era o estado de natureza em sua pureza, enquanto este último é o fruto de um excesso de corrupção, neste Estado o déspota só é senhor enquanto é o mais forte, e quando aparecer um mais forte que o expulsa-lo, ele não poderá reclamar da violência, pois foi da mesma violência que ele usou para se manter no poder, pois somente a força era o que o mantinha e somente a força o derruba.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, neste trabalho é notável que a origem da desigualdade social na humanidade está diretamente ligada à relação de poder, que é estabelecida desde o princípio dos tempos, popularmente conhecida como a 'lei do mais forte'. Entretanto, os aspectos mais relevantes e simples para se estabelecer a diferenciação da desigualdade entre os homens, são os físicos ou naturais e os morais ou políticos. Ao longo dos séculos, com a evolução da humanidade, essas relações de desigualdades sociais também apresentaram um aumento em reflexo de como se davam essas mudanças.

Entretanto, o que foi apresentado nesta pesquisa foi às análises de Rousseau com vistas à origem da desigualdade entre os homens que ao longo do tempo, evoluiu e passou por três graus diferentes: o primeiro foi o estabelecimento da lei e do direito de propriedade; a instituição da magistratura foi o segundo grau; e o terceiro a mudança do poder legítimo para o poder arbitrário, o despotismo.

O que é percebido na obra de Rousseau é uma dura crítica à sociedade e a civilização, pois, para Rousseau a sociedade altera dois elementos essenciais que caracterizam o homem em seu estado natural, que são a independência e a igualdade. Em outros termos, a sociedade acaba por instituir formas de convivência baseadas na escravidão e na desigualdade.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que a propriedade privada é a origem da desigualdade social, por que com a instituição da propriedade veio à acumulação de bens, o que tornou alguns homens ricos e poderosos, enquanto outros se tornaram pobres e fracos, e que o contrato social foi o mecanismo utilizado para assegurar a vida em sociedade, já que sua liberdade natural foi perdida, o que nos resta, a saber, é o que, o homem fará com a sua liberdade civil e política.

ABSTRACT

This article aims to understand the emergence of social inequality in Rousseau's thought, which was developed from a bibliographical research, whose theoretical basis was the works "The Discourse on the Origin and Grounds of Inequality Among Men "(1755) and " The Social Contract "(1750) both by the philosopher Jean Jacques Rousseau. To explain the origin and evolution of social inequality among men, Rousseau makes a hypothetical analysis of man in his state of nature and from this analysis, the philosopher bases his theory of the natural naivete of man and relates it to the process of corruption Of man. Man in his natural state lived in a situation of equality, despite the differences in age, strength, speed, or even intellectual attributes, they were in balance between themselves and with nature, but, in face of their break with nature and Its association with life in society and the emergence of private property, man loses his original innocence and starts to have good and bad feelings. Thus man is analyzed both in his natural and civilized state, and that the social inequality to which man lives is the result of society.

KEY WORDS: Social inequality. Man. Property.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens / Jean Jacques Rousseau**; [introdução de João Carlos Brum Torres]; tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social / Jean Jacques Rousseau**; tradução Ricardo Marcelino Palo Rodrigues. São Paulo: Hunterbooks, 2014.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.